



## **A CONTRIBUIÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NAS POLÍTICAS CULTURAIS DA BAHIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI – DURANTE AS LEGISLATURAS ENTRE 1999 E 2018<sup>1</sup>**

Antonio TEÓFILO DE ALMEIDA<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Grupo de trabalho Políticas culturais e economia política da cultura

<sup>2</sup> Doutorando na Universidade Federal da Bahia, tonyteofilo@yahoo.com

### **RESUMO**

O desenvolvimento de políticas culturais na Bahia, nos primeiros vinte anos do século XXI, também se estabeleceu por meio da criação de novas leis, com destaque para a Lei Orgânica de Cultura e do Plano Estadual de Cultura, mas, não somente estas. Outras leis no campo da cultura foram propostas, sobretudo, por meio de iniciativa parlamentar conforme se constatou na dissertação de mestrado de autoria deste mesmo pesquisador em “As relações entre o legislativo e a cultura na Bahia do Século XXI” no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. A investigação revelou um levantamento de todas as proposições legislativas de cultura apresentadas na Assembleia Legislativa da Bahia, quais tipos de proposições, objetivos pretendidos, os seus autores e o partido que representavam quando as proposições foram de autoria de parlamentares, na legislatura correspondente. A pluralidade na atuação do poder legislativo e da atuação parlamentar e partidária no campo da cultura revelou este mapa de 645 proposições legislativas, com iniciativa de 133 parlamentares de 25 legendas partidárias, mais o poder executivo e a sociedade civil. (ALMEIDA, 2019, p. 104)

As políticas culturais se desenvolveram no Brasil e na Bahia (RUBIM, 2007; 2016; CALALBRE, 2009) nas primeiras décadas do Século XXI, inclusive, no âmbito da legislação. Tal desenvolvimento percorreu processos que envolveram a sociedade civil e governos mobilizados e mobilizando ações que repercutiram em demandas legislativas que alcançaram o Parlamento nas respectivas esferas, federal e estadual, sobretudo, a partir de 2003 com o Governo Lula no Brasil e a partir de 2007 como o Governo Wagner na Bahia (ALMEIDA, 2019; REIS, 2008; BEZERRA, 2017; ROCHA, 2018)

Os principais destaques em termos de legislação cultural, nesse período, na esfera federal são a inclusão do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC) na Constituição Federal de 1988 e na esfera estadual baiana é a criação da Lei Orgânica de Cultura e do Plano Estadual de Cultura. Sendo que o PNC e o SNC entraram na Constituição a partir de projetos de lei de iniciativa parlamentar, com todo apoio do Poder Executivo durante a sua tramitação no Congresso Nacional.

O presente estudo pretende analisar em que medida as intervenções legislativas estaduais baianas no campo da cultura, mediante o cumprimento do seu dever legislador ou mesmo por meio de iniciativa parlamentar, se configuraram em políticas culturais durante as cinco legislaturas que compreendem os vinte anos iniciais do Século XXI, entre 1999 e 2018.

Deve-se adotar como procedimentos de investigação a pesquisa documental, a pesquisa online e entrevistas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. T. **As relações entre o legislativo e a cultura na Bahia do Século XXI**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ALMEIDA, A. T. de; FRANCO, Y. S. **Disparidade no orçamento entre políticas de base comunitária e recursos da lei de incentivo**. 2015. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.
- BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Página institucional**. Salvador, 2019a. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Resolução nº 1.193/85 e Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 1.529/2012))**. Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia. EGBA - Empresa Gráfica da Bahia. Casa Civil do Governo do Estado da Bahia. **Página institucional**. Salvador: EGBA, 2019b. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BAHIA. Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. **Página institucional**. Salvador: EGBA, 2019c. Disponível em: <http://egbanet.egba.ba.gov.br/alba>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- BAHIA. Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências**. Salvador, 2011a. Disponível em: <https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Lei-12.365-de-30-11-2011-Lei-Organica-da-Cultura.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- BAHIA. Lei nº 13.193, de 13 de novembro de 2014. **Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências**. Salvador, 2014. Disponível em: [https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Plano\\_Estadual\\_de\\_Cultura.pdf](https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Plano_Estadual_de_Cultura.pdf). Acesso em: 21 dez. 2015.
- BAHIA. **Secretaria de Cultura do Estado da Bahia**. Salvador, 2019d. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/> Acesso em: 17 jul. 2019.
- BEZERRA, T. G. **Sistema Nacional de Cultura: conceitos, histórias e comparações**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23496>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados: Regimento atualizado até a Resolução nº 6, de 2019**. Brasília, 2019a. Disponível em:



<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados> Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura**. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura. Brasília, 2019b. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição, nº 34, de 2012. **Atividade Legislativa**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106347>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Sistema Nacional de Cultura. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura. Brasília, 2019c. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BUCCI, M. P. D. **Políticas públicas e direito administrativo**. In: REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA. Brasília, a. 34, nº 133, jan./mar. 1997, p. 89-98. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: um balance Latinoamericano. In: CANCLINI, N.G. (org.) **Políticas Culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1987, p.13-61. Disponível em: <https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CANCLINI, N. G. **Por qué legislar sobre industrias culturales**. Lima: Nueva Sociedad N. 175, 2001. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/por-que-legislar-sobre-industrias-culturales/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CUNHA FILHO, F. H. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: a representação de incertezas e sua aplicação ao programa nacional de apoio à cultura**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CUNHA FILHO, F. H. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CUNHA FILHO, F. H. Direitos culturais no Brasil. In: REVISTA OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL / OIC – nº 11 (jan./abr. 2011). **Direitos culturais: um novo papel**. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011, p. 115-126.



- CUNHA FILHO, F. H. Políticas Públicas como Instrumental de Efetivação de Direitos Culturais. **Revista Sequência** – nº 77, Art. 07 (nov. 2017) – Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n77p177>. Acesso em: 30 maio 2019.
- LINHARES, B. de F; ALVES, D. S. **Metodologia de ensino em pesquisa social quantitativa**. In: Pensamento Plural, n. 14. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPEL, 2014, p. 23-39. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/issue/view/323/showToc>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- MATA-MACHADO, B. N. de. **Direitos humanos e direitos culturais**. 2007. Disponível em: <https://issuu.com/centrodepesquisaeformacao/docs/direitos-humanos-e-direitos-cultura>. Acesso em: 06 jan. 2016.
- POLVEIRO JUNIOR, E. E. **Desafios e perspectivas do Poder Legislativo no Século XXI**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/112>. Acesso em: 01 jul. 2019.
- REIS, P. F. dos. **Políticas culturais do Governo Lula: análise do Sistema e do Plano Nacional de Cultura**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10812>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- ROCHA, S. C. **Da imaginação à constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016**. 2018. 517 f. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28182>. Acesso em: 17 jan. 2019.
- RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. – (Coleção CULT) ISBN 978-85-232-0688-8
- RUBIM, A. A. C. **Por um conceito atualizado de políticas culturais**. Salvador, [2019], no prelo.
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. – (Coleção CULT) ISBN 978-85-232-0452-5
- RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A.; CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. – (Coleção CULT) ISBN 978-85-232-1385-5
- RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (Org.). **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal**. Salvador: EDUFBA, 2017. 257 p.: il. – (Coleção Cult) ISBN 978-85-232-1606-1